

PALESTRA: *Mulheres e lugares urbanos*¹

por Winnie Bueno²

Boa noite a todos e a todas, é uma alegria muito grande estar aqui de volta em casa, num prédio que eu já vi ser muita coisa, bastante coisa, e é feliz voltar aqui com esse prédio e com essa estrutura servindo ao que a gente sempre achou que tinha que servir, à produção de conhecimento, e não só isso, mas ter um espaço onde as pessoas possam compartilhar a universidade, de fato. E que as pessoas possam se sentir parte desse tecido social, a universidade, que às vezes é muito excludente, mas na Universidade Federal de Pelotas parece que a gente tem conseguido melhorar, no sentido da universidade fazer parte da cidade de fato e fazer com que as pessoas tenham um contato maior com a universidade a partir da ocupação desses prédios. Então, pra mim, é uma grande alegria estar aqui. Eu sou filha da UFPEL, pois passei bons anos nesta universidade, mais de dez anos da minha vida, pois cursei dois cursos e fiz muito movimento estudantil aqui. A UFPEL faz parte de quem eu sou e por isso fico muito feliz quando volto aqui.

Um pouco do que eu quero compartilhar com vocês hoje é numa perspectiva que passa por minha própria produção acadêmica. Então, vou trazer uma leitura do direito à cidade a partir do pensamento feminista negro, sobretudo a partir das experiências teóricas de duas autoras que gosto muito, a Patricia Hill Collins e a Kimberlé Crenshaw. A Patrícia é socióloga, uma teórica crítica que pensa bastante sobre o pensamento feminista negro, e a Kimberlé Crenshaw é jurista, ela tem uma visão mais voltada à própria questão do direito. Eu tentei conversar essas duas teóricas, mas a conversa que vou fazer está mais voltada às dinâmicas da cidade e às dinâmicas do direito à cidade do que às teóricas em si. A ideia de pensar a cidade numa perspectiva negra e feminista perpassa um pouco pelo histórico, num primeiro momento, e por alguns conceitos que provavelmente vocês conhecem, mas talvez poucas vezes pensaram neles a partir dessa perspectiva.

Antes de a gente começar com o quê, de fato, eu quero abordar com vocês aqui hoje, gostaria de saber se todo mundo aqui entende o que é ser um ialorixá? Tem alguém que não faça a menor ideia? Tá, então eu vou explicar porque tem um público considerável que não sabe. Eu sou mãe de santo, melhorou? E por aí a gente já começa a recontar uma história e se reapropriar de termos que nos foram negados, numa perspectiva de morte do nosso conhecimento. A gente tem usado o termo ialorixá que é uma palavra de origem iorubá, é uma palavra originária da nação que é o foco de onde se organiza um pressuposto civilizatório de matriz africana e que hoje é lido como religiosidade, mas que na verdade se trata de uma forma de viver, uma forma de ser e estar no mundo que é o batuque - tradição religiosa na qual a gente tem um terreiro aqui em Pelotas, no qual faço parte e organizo. Então, eu sou responsável pelo zelo, pela guarda e pela organização de tudo o que acontece dentro do terreiro. Não só da minha própria orixalidade, mas da orixalidade de todos os filhos e filhas que fazem parte dessa comunidade que é o Ilê Aiyê Orixá Iemanjá, que tem uma dinâmica muito própria e os seus próprios pressupostos, mas que está conectada, no fim, com uma ideia coletiva de um ser e estar no mundo diferente do ser e estar

¹ Fala transcrita por Bárbara Hypólito.

² Fala proferida por Winnie Bueno durante a mesa de abertura do 7EICCMU, em novembro de 2018, UFPEL - Pelotas/RS.

no mundo organizado na perspectiva ocidental eurocêntrica branca. Isso é a coisa mais importante que eu faço na minha vida, não é comum vocês verem acadêmicas negras se dizerem ialorixás, embora existam muitas, ou se dizerem mães de santo pois esse ainda pode ser um lugar que pode ser passível de violência, de violência física especialmente.

A gente ainda guarda esse signo como uma forma de segurança. Mas também é importante quando a gente pode se afirmar ialorixá, pois isso é também afirmar esse corpo nesse lugar também da produção de conhecimento, porque há um controle sobre o que é uma mãe de santo, há um controle sobre o que é uma mulher negra que é ideologicamente construído. Quando você desmistifica essa ideia de que as ialorixás são mulheres negras e velhas que ficam presas numa casa - uma significação branca a respeito de uma experiência articulada a partir da negritude - e quando você traz esse significado para uma outra dimensão, você também desmistifica esse controle, o controle ideológico que está colocado na vida das mulheres negras. Então, pra mim, isso é muito importante, dizer que eu sou ialorixá e mestranda numa universidade privada e jesuíta tem um significado outro do que teria se uma mulher branca estivesse fazendo a mesma coisa.

Então, eu sou ialorixá, sou mestranda em direito e bolsista Capes/PROEX, com muito orgulho, e é a partir dessa bolsa, desse fomento público do dinheiro de vocês, que eu estudo, o imposto que vocês pagam paga a minha bolsa de mestrado e vai pagar, provavelmente, a de doutorado também. Eu sou bolsista na modalidade de taxas escolares na Unisinos, estou terminando o mestrado agora e um pouquinho do que eu vou compartilhar com vocês hoje está na minha dissertação.

O racismo é uma estrutura e as estruturas constroem cidades. Quando a gente começa a pensar a cidade numa perspectiva feminista e negra, a gente precisa pensar o conceito de racismo estrutural e pensá-lo a partir de uma ideia de estrutura. Quando eu falo de estrutura estou falando não só de estruturas econômicas, sociais e políticas, estou falando também de quando vocês arquitetos fazem um traço, esse traço significa um emprego de mão-de-obra, e de uma mão-de-obra que quase sempre é negra. Aquele traço significa, muitas vezes, horas e horas de um trabalho extremamente precarizado no canteiro de obra que muitas vezes os arquitetos desconhecem. As pessoas brancas que fazem os traços desconhecem a força física que aquele traço significa. E é essa estrutura racial que constrói a cidade. Os prédios são construídos a partir de pessoas negras, por pedreiros e serventes, mas o conhecimento que é reconhecido enquanto inteligência nos padrões acadêmicos empregados na construção desses prédios é, entretanto, atribuído a corpos e mentes brancas. O conteúdo de valor que está colocado quando um prédio é executado, é colocado a partir do arquiteto que assina essa obra. As centenas de pessoas que, muitas vezes, morrem durante a execução de uma obra de grande porte são apagadas, são invisibilizadas. Então, esse racismo também vai estar na construção física e objetiva das cidades. E não só a partir dessa ideia de pensar as construções das edificações, mas pensando também as dinâmicas das cidades. As dinâmicas das cidades também vão estar constituídas pelo racismo.

Quando eu falo de racismo estrutural e de precisar discutir isso ainda hoje é, para nós, um anseio muito caro. Porque a gente sempre pensou, no movimento negro, que nessa altura o afrofuturo já teria chegado, e não que ainda seríamos obrigados a explicar o que é racismo estrutural e provar por que o racismo estrutura as relações, e por que estrutura as dinâmicas sociais? Mas a gente ainda precisa fazer isso, pois esse é um assunto que não perpassa nos processos de conhecimento das pessoas e da sociedade como um todo, e muito do que está implicado nesse conceito não é compartilhado nas vivências de todo mundo. O racismo ainda é uma coisa dos negros

quando, na verdade, deveria ser uma preocupação da sociedade. Eu não deveria precisar falar sobre racismo porque essa deveria ser uma preocupação coletiva quando a gente pensa a cidade, mas não é. A gente já conseguiu avançar e pensar a cidade numa perspectiva de gênero, mas ainda temos dificuldade de pensar a partir de uma perspectiva interseccional. E quando eu estou falando de interseccionalidade não estou falando de aprofundamento de opressão, estou falando de um complexo de conhecimento que nos permite organizar as nossas questões em um olhar que não universaliza, mas que consegue entender a subjetividade dos processos dos sujeitos que estão imbricados dentro da cidade, no campo da lógica de organização da nossa sociedade.

Esse é um ponto de partida para nós. A gente vai sair daqui deste espaço sabendo que o racismo estrutura a forma como as cidades são construídas. Estamos falando de racismo e não necessariamente de machismo, mas essas coisas estão imbricadas. Pois, o racismo abarca a perspectiva do machismo, e é por isso que estamos falando de uma perspectiva feminista negra, porque essa é a única perspectiva que consegue dar conta de um projeto de emancipação social completo, todas as outras perspectivas em algum momento excluem alguém. Se a gente for pensar numa perspectiva meramente feminista, e formos olhar a historiografia do feminismo, a gente vai entender que há uma ausência da subjetividade de mulheres negras nesse processo. Estamos sempre lutando por uma condição de humanidade e esse é o único projeto que dá conta de pensar a humanidade numa perspectiva de justiça social, pois quando a gente fala de justiça social estamos falando de equidade num conjunto. Não existe justiça social só para mim, se é só para mim não há justiça social. Então, é esse movimento e essa perspectiva de conhecimento que vai conseguir pensar a subjetividade numa perspectiva de construção da alteridade para a sociedade num conjunto. A partir do momento que a gente consegue humanizar as vivências e as experiência das mulheres negras conseguimos pensar em conjunto da humanidade, e retirar dessa lógica excludente que faz a gente pensar em caixinhas.

Pensando sobre o direito à cidade, temos as dinâmicas urbanas contemporâneas. As dinâmicas urbanas são influenciadas diretamente por um histórico de apropriação da cidade, no qual essas mulheres, geralmente as mulheres negras, fazem parte da dinâmica, mas são apagadas. Tem um livro que chama "A cidade das mulheres", de uma teórica chamada Ruth Landes que fala sobre como as mulheres negras, especialmente as mulheres negras escravizadas, ocuparam a paisagem urbana no processo de urbanização desde sempre, e como que essas mulheres vão sendo eliminadas e apagadas da construção da historiografia desse processo. Então, quando a gente pensa sobre quem faz a cidade, sobre quem ocupa e caminha pela cidade, em quem pega o ônibus, conseguimos compreender que na estrutura da cidade essas pessoas são as pessoas negras, especialmente as mulheres negras de periferia. São essas mulheres que têm a apropriação da cidade, porque são elas que percorrem a cidade como um todo. Nós acadêmicos, e vou falar em especial de mim que sou uma acadêmica e que não trabalho em uma casa de família, posso pegar o trem que sai da minha casa no bairro Bom Fim, que já é um privilégio em relação a muitas mulheres negras, pois moro num lugar onde posso pegar um ônibus e em dez minutos estou no centro, vou pra Unisinos e de lá eu volto pra minha casa. Eu não terei a menor ideia do que é o resto da cidade de Porto Alegre se eu não me propuser a fazer determinados deslocamentos. Entretanto, para a maioria das mulheres negras essa é uma dinâmica constitutiva da sua forma de ser e estar na cidade. Estou falando como por exemplo aqui em Pelotas, onde eu conheço as dinâmicas da cidade, pois morei aqui por muito tempo, de uma mulher que mora lá no bairro Dunas e trabalha como profissional dos serviços de limpeza aqui nessa universidade - que é uma tarefa terceirizada extremamente precarizada - e essa mulher leva quarenta minutos pra chegar até aqui. Ela sabe tudo o que acontece na cidade porque ela está fazendo isso dentro de

um ônibus. Ela entende como funciona o transporte público, a lógica do saneamento, como as pessoas se deslocam, por onde deveriam passar as ciclovias, ela entende e sabe onde estão os problemas de asfalto porque essa mulher se apropria da cidade a partir dos seus deslocamentos, a partir dessas dinâmicas. Mas essas dinâmicas desaparecem, elas são invisibilizadas e colocadas em segundo ou terceiro plano quando, por exemplo, a gente for discutir sobre o plano diretor das cidades. Não se chamam as trabalhadoras domésticas para discutir o plano diretor da cidade, mas chamam grandes especialistas que andam de carro. A gente não chama as senhoras que, por exemplo, cozinham no RU da universidade para discutir o plano diretor da cidade, e nem as mulheres dos terreiros para discutir isso. Mesmo que sejam essas mulheres que se apropriam do conhecimento e de onde estão localizados os cruzamentos da cidade, quais são seguros e quais não são. A gente não chama essas mulheres pra pensar o planejamento das cidades, mas chamamos especialistas que são homens, brancos e técnicos que não têm, muitas vezes, a apropriação dessa dinâmica nas suas trajetórias, nas suas experiências. É justamente por isso que não dá certo e que, constantemente, quando vemos esses planos serem aplicados eles não dão conta das necessidades das pessoas. As pessoas que de fato precisam ter a função social da cidade atendida não estão imbricadas nos processos de construção desses planos.

É por aí também que a gente vai compreendendo como a ideia do colonialismo vai ser preponderante no desenho das cidades. E, nesse sentido, Pelotas é o melhor laboratório pra gente entender como as cidades são impactadas por um modelo colonial que ainda está colocado pra nós. Nós ainda pensamos e organizamos as nossas formas de ser e estar a partir de uma perspectiva de colônia, e em Pelotas isso é um negócio muito peculiar. As pessoas aqui ainda se referem à importância do sobrenome quando uma pessoa se apresenta. A primeira vez que vim pra Pelotas eu tinha nove anos, fui me apresentar na escola e falei que me chamava Winnie e a primeira pergunta da professora foi: "Winnie de que? Eu respondi: Winnie Bueno; e a professora perguntou: mas tu és Bueno dos Bueno imóveis? Eu disse: não, eu sou dos Bueno pobres mesmo". Digo isso pra demonstrar que essa relação de você tentar assimilar um sobrenome a uma perspectiva ou de grandes empresas ou de famílias tradicionais é uma questão bastante comum em Pelotas ainda hoje. Algumas das pessoas que carregam esses sobrenomes estão, muitas vezes, em situações econômicas e financeiras bastante difíceis, mas os seus sobrenomes ainda carregam toda uma lógica tradicional e uma lógica de poder nesse sobrenome. Ainda hoje, ouvimos algumas pessoas se referindo umas às outras pelo sobrenome e isso também impacta a forma como a cidade se organiza. A rede hoteleira de Pelotas, por exemplo, é praticamente toda da mesma família e dos mesmos donos, isso vai ter um impacto na forma como se organiza, por exemplo, o turismo na cidade. As imobiliárias aqui, ou a maioria delas, pertencem à mesma família. Essas famílias vão se confluindo entre elas e repassando uma característica de elitismo das mesmas dinâmicas históricas e que em Pelotas são lidas de maneira mítica.

Há uma tradição aqui, que se inventou nos últimos vinte anos, mas que as pessoas dizem que é tradição, de se tirar fotos das formaturas nas Charqueadas. Só numa cidade como Pelotas isso acontece, em nenhum outro lugar, e as pessoas ficam bravas quando as pessoas negras se insurgem com a ideia de tirar as suas fotos de formatura nas Charqueadas. Isso não faz o menor sentido. Eu imagino que vocês conheçam o que significam as Charqueadas pra população negra, era um espaço de morte quase que automática para os negros e negras escravizados. Então, não faz nenhum sentido você tirar as fotos da sua formatura num lugar onde todos os seus antepassados sangraram. É como se você, numa metáfora muito mal construída, obrigar judeus a tirar suas fotos de formatura em Auschwitz, mas em Pelotas isso é comum e quando as pessoas negras se insurgem quanto a isso são essas pessoas

que são radicais, são as pessoas que são lidas como ingratas, são as pessoas que escutam “você não é de Pelotas” pois essa é a única explicação, né. E quando as pessoas negras de Pelotas se insurgem quanto a isso são automaticamente lidas como insanas. Elas não fazem parte da dinâmica dessa cidade pois se negaram a compactuar com uma história e uma trajetória de subalternidade. As pessoas que são de fora, que não nasceram aqui, e essa distinção também nos diz muito sobre a forma como as cidades se organizam, pois a partir do momento que você começa a fazer parte de um tecido de uma cidade você é dessa cidade, não é? Pelotas tem essa dimensão, uma pessoa que vive aqui há dez anos continua sendo de fora, ela é de fora então ela não entende a importância das charqueadas para a cidade de Pelotas. E isso não tem nada de mais, pois em termos de turismo isso não significa porcaria nenhuma, é só uns campos e uns matos. Mas e o impacto no turismo? As pessoas quando vem a Pelotas visitam as charqueadas, não, os pelotenses visitam as charqueadas, os turistas fazem outras coisas. Então, essas pequenas narrativas que estão colocadas na nossa cidade vão ter outras dinâmicas em outras cidades, mas a gente consegue ler a partir disso o impacto do colonialismo nessa orientação do urbanismo. Mesmo numa história pós-colonial a gente segue organizando as cidades a partir dessa perspectiva.

E aí, Pelotas é uma cidade que é uma cebola. Pra mim, essa é a metáfora mais feliz sobre a cidade de Pelotas, pensá-la como uma cebola. Quando vocês cortam uma cebola na transversal vão perceber que o centro dela, o miolinho, é pequenininho e concentradinho, e quanto mais pra fora você vai dessa cebola mais ela se alarga e há mais espaço entre os anéis. A cidade de Pelotas é exatamente assim, o centro da cidade tem uma concentração de pessoas que são as mesmas daquelas famílias que eu disse antes, pessoas brancas, as mesmas pessoas circulam pelo centro. Quando eu volto pra cá, fico sempre muito impressionada como de fato são as mesmas pessoas, já fazem três anos que eu saí daqui e quando sento no mercado público são as mesmas pessoas. As mesmas pessoas circulam no centro, mas quanto mais pra fora se sai desse centro maior é o número de pessoas e mais espalhado, mas elas ainda não chegam aqui, por exemplo, onde podem compartilhar suas experiências como forma de conhecimento. E é exatamente nessas bordas e nessas margens onde está o grande potencial de pensar o direito à cidade, nas periferias. É onde está o maior contingente de pessoas, de formas mais espalhadas e que precisam ativar as tecnologias sociais das mais variadas ordens para poder sobreviver nesses espaços. Então, a criatividade e a resiliência das pessoas que estão quase fora dessa cebola, é onde está a maior potência para pensar as formas de ser e estar na cidade, pois essas pessoas vão precisar pensar uma série de maneiras para poder estar fazendo parte dessa dinâmica urbana contemporânea.

Então, quem pensa a cidade? Quem pensa a cidade são os homens brancos. Quem pensa a cidade é o patriarcado. São esses os sujeitos que organizam a cidade. E é a partir dessa forma e dessa dinâmica de pensar a cidade que você consegue entender a quem interessa uma cidade que não seja apropriada pela coletividade das pessoas. Porque é também nas cidades, no coração das cidades, que você vai conseguir mobilizar diferentes formas de conhecimento, diferentes experiências, diferentes narrativas para catalisar as mudanças sociais. Então, são nas cidades que você consegue encontrar, por exemplo, tanto uma perspectiva feminista negra sobre o ser e estar na cidade, uma mulher como eu de turbante e conta no pescoço e vestindo uma estamparia africana, quanto outras pessoas que têm outras formas de ser e estar no mundo e que podem estar pensando a cidade de uma forma confluyente. E cujas experiências podem estar mudando essas dinâmicas que eu trouxe pra vocês antes, mudando as formas do status quo dentro do urbanismo. E aí que faz sentido, e a gente consegue entender que não se integre, por exemplo, essa multiplicidade de sujeitos que de fato compreendem a cidade nos processos de estabelecimento

dentro dos planos diretores. Há experiências que possibilitam que essas pessoas se encontrem e discutam a cidade de forma coletiva. Uma experiência interessante, que se perdeu nos processos dos últimos anos que desmantelaram uma série de políticas públicas e de fazeres sociais, é a experiência do orçamento participativo (OP). O OP tinha esta dinâmica, as pessoas faziam reuniões em núcleos onde discutiam a cidade e discutiam para onde o orçamento da cidade deveria ir. Hoje não se tem mais isso. O OP foi uma experiência muito positiva, dos governos do PT, que se perdeu antes mesmo de toda essa crise institucional do antipetismo que está colocada agora, e que se perdeu porque a partir dessa experiência se fomentou e impulsionou a construção de muitas lideranças dentro dos bairros, por exemplo. Que passaram a se apropriar também de uma gramática de mobilização e de reivindicação do seu direito à cidade. Esses fatores vão ter impacto na forma como a cidade se organiza. Se pensarmos no centro, por exemplo, onde especialmente as cidades de grande e médio porte tem um lugar que concentra as manifestações políticas, e esses lugares geralmente estão no centro da cidade. Esses lugares serem no centro da cidade também sustenta a construção de uma gramática social de quem reivindica. E mesmo que sejam as reivindicações mais a esquerda possíveis, essas reivindicações são enunciadas pelos mesmos corpos. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma cidade que tem uma multiplicidade de sujeitos e uma diversidade um pouco mais ampliada, as pessoas que estão fazendo o ato na praça São Salvador são as mesmas pessoas. Se você tirar a imagem do lugar, pegar só o conteúdo das pessoas, e trocar quem faz um ato em Porto Alegre ou em São Salvador a imagem não muda muito. E mesmo que as reivindicações sejam as mais progressistas do mundo, isso também diz quem tem direito ao quê. E por que isso acontece? Pensando no Rio, quem mora lá na baixada fluminense, por exemplo, e tem que pegar um ônibus, um trem e mais um ônibus pra chegar na praça São Salvador, essa pessoa não vai para o ato público. Ela vai mobilizar outras estratégias de resistência, outras estratégias de reivindicação. Mas essa estratégia de reivindicação, que é considerada e lida como uma ferramenta de luta, como se fosse a única porque essa é reconhecida dessa forma, não está disponível para todas as pessoas que organizam a cidade. E isso também está dentro de uma lógica racista e machista que retira as pessoas do protagonismo social da reivindicação do direito à cidade.

Pensando no conceito e pensando numa perspectiva mais jurídica, a gente pode dizer que “o direito à cidade é um direito coletivo de todas as pessoas que moram na cidade ao seu usufruto equitativo dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social” (Carta Mundial do Direito à Cidade). É tão bonito, mas não acontece. Justiça social é um negócio que as pessoas nem sabem o que é, equidade então, nem se fala, visto que a gente ainda está discutindo igualdade, pois as pessoas ainda não conseguem compreender a necessidade de ultrapassar esse paradigma e passar a falar em equidade. Especialmente num momento político tenso como esse que estamos vivendo, que não tem como dizer que nós somos iguais e que queremos igualdade, não tem como dizer que homens e mulheres são iguais. E é a partir dessa gramática e desse discurso que se coloca, por exemplo, sujeitos que são extremamente machistas e racistas, que seguem uma lógica autoritária de ser e de promover e gestar recursos, no centro do poder. Pois, somos iguais e estamos lutando por igualdade. Nós não ultrapassamos ainda esse diálogo, mas a gente tem um conceito de direito à cidade que é muito mais avançado do que é o contexto no qual vivemos hoje socialmente. Falar em justiça social, equidade, democracia e sustentabilidade, numa perspectiva global inclusive, considerando o que são os processos políticos no mundo hoje, é muito futurista! É muito além do que a conjuntura política nos dá hoje. Mas esse seria um norte. A forma de pensar o direito à cidade é pensar uma cidade onde as pessoas possam exercer a sua cidadania de forma equitativa, buscando uma forma de ser e estar na cidade onde as diferenças não sejam marcadores de exclusão na cidade, mas de integração. No

contexto nacional, a “jovem e bonita” Constituição Federal que tem 30 anos possui dois capítulos que vão inserir o direito à cidade no contexto das normas nacionais. No capítulo dois da Constituição são dois artigos. Na Constituição, então, existe uma norma, uma lei, que fala sobre o direito à cidade e garante as diretrizes do urbanismo e de uso da cidade, numa lei que coordena o desenvolvimento urbano e que, apesar de ser constitucional, a gente sabe que essas dinâmicas não fazem parte na forma como a lei é executada de fato.

A gente estuda uma metodologia de análise que chama “figuras da perversão do direito” (RODRIGUEZ, 2017), que é exatamente a forma como os grupos de poder conseguem desarticular o direito, tirando a função do direito e mudando a função da lei para os seus próprios interesses. Então, quando a gente tem uma Constituição que fala sobre o direito à cidade dessa forma e a gente vê como, de fato, se organizam as cidades e os planos de diretrizes da cidade, enfim, como se organizam as mais múltiplas dimensões da cidade, a gente pensa: “se está na Constituição, o que acontece para que não seja cumprido? Como os poderes, a União e os municípios conseguem descumprir uma norma que é constitucional?” Isso ocorre a partir desse mecanismo da perversão. Se pode esvaziar uma norma, o conteúdo dessa norma, mudando a forma de aplicá-la ou mesmo dando significados a esses termos que estão associados a esses nomes.

Eu trago agora um pedaço de um texto de três mulheres, Alice Correia, Carolina Coelho e Livia Salles, que sintetizam o que eu estou dizendo aqui:

“Nossas contradições estruturais e os nossos conflitos cotidianos estão inscritos nas edificações nos vazios, nos caminhos e nos limites das cidades. Numa sociedade que, além de desigual, é profundamente racista, machista e homofóbica, diferentes grupos sociais - mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos, homossexuais negros, homossexuais brancos, jovens negros e jovens brancos, lésbicas negras e lésbicas brancas - tem diferentes possibilidades de apropriação dos espaços públicos, dos aparatos públicos e das cidades.”

É pensar a cidade numa perspectiva interseccional, os fazeres e as formas como esses corpos vão estar na cidade que é diferente. O que é um lugar seguro pra mim não necessariamente é um lugar seguro pra ti ou pra ela, pois o fato de nós duas sermos mulheres não significa que esses espaços vão ser seguros da mesma forma. São dinâmicas específicas que vão fazer com que um lugar se torne seguro para uma e não para outra. A gente não pensa de forma interseccional, a gente pensa de forma homogênea, como se todas as mulheres tivessem as mesmas necessidades e as mesmas perspectivas. Eu, por exemplo, me sinto muito mais segura andando na Cohab II do que andando na Dom Joaquim ao meio-dia. Pra mim, andar de bicicleta às dez horas da noite da Cohab até o Pestano é mais seguro do que andar às quatro da tarde na Dom Joaquim. E isso vai ser diferente para outras mulheres. É esse pensar a cidade a partir de uma perspectiva interseccional que pode trazer uma mudança para a forma como a gente vivencia essas dinâmicas das cidades.

A frase “NOSSOS CORPOS, NOSSA COR, NOSSAS CIDADES” (FONTE: <http://www.ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/491.pdf>) é o título de um texto assinado pela Marielle Franco, que foi assassinada esse ano e não está mais presente entre nós, mas cuja trajetória e as formas como se manifestou durante toda a vida a respeito das cidades, a respeito das lógicas de apropriação da cidade, a respeito da maneira das mulheres negras estarem nas cidades, seguem. A Marielle, a Mônica Francisco e a Rossana Tavares escreveram esse texto, que está no livro do IBDU sobre direito à cidade e gênero, e que fala exatamente sobre as cidades serem nossas nessa perspectiva de corpos e de vozes, de que as cidades são mais do que prédios, de as cidades serem a construção num paradigma de cidade que dê conta

das subjetividades e dos sujeitos que integram as cidades.

Eu fui companheira de partido da Marielle e nós falávamos muito sobre o que era ser uma mulher negra ocupando a cidade a partir de uma perspectiva política e institucional enquanto uma liderança, o que isso significava em termos de uma cidade em que se pensasse como nós e que nos possibilitasse essa ferramenta, esse exercício e essa existência. A foto (figura 01 - FOTO MARIELLE) é de um ato em 2016 chamado “Se a cidade fosse nossa”, lançamento de uma plataforma política que depois organizou uma série de campanhas no Rio de Janeiro, na frente do Teatro Municipal que é um lugar onde acontece grande parte dos atos públicos na cidade do Rio. Foi bem perto deste lugar, umas cinco ou seis quadras, o lugar onde a Marielle saiu a última noite para exercer um fazer político enquanto um corpo que vive nesse mundo. Mas esse corpo, embora não esteja mais presente entre nós, já possibilitou. Esse espírito e essa mente já possibilitaram a reverberação de um ser na cidade que é diferente. Hoje existem várias lideranças políticas, várias mulheres negras que se apropriam desse legado, que é coletivo e que não está dentro de um partido, mas é um legado que está inscrito nas dinâmicas das mulheres que resistem a uma lógica de cidade que nos aprisiona e que nos silencia. Então, a perspectiva de cidade que está colocada pra gente é a de uma cidade onde a gente possa exercer o direito de reivindicar as nossas vozes, os nossos corpos e as nossas trajetórias de maneira segura e sem estar vulnerável a tomar cinco tiros na cabeça por estar exercendo um fazer político. E é só com uma mulher negra que isso pode acontecer no Brasil. Todos os homens brancos que enfrentaram a política das milícias no Rio de Janeiro nos últimos anos, andavam blindados, com seguranças armados e muitas vezes com colete à prova de balas. A Marielle andava de metrô! E isso fala bastante alto sobre quem é o ser político que está colocado como um corpo matável, quem são as pessoas que estão vulneráveis nesse momento histórico e como essas mulheres estão vulneráveis. Ocupar a cidade nesse momento também é uma perspectiva e uma estratégia de resistência, mas uma estratégia de resistência que não está colocada para todo mundo. Para algumas pessoas a estratégia de resistência é sobreviver, é estar vivo pra poder estar, num próximo momento - pois a política no Brasil e de maneira global é feita de ciclos - ocupando, de fato, esses espaços que são nossos por direito e que nos foram historicamente retirados e que ainda assim, a gente segue resistindo e tentando pensar uma cidade que resgate a humanidade, não só de nós mulheres negras mas dos sujeitos que compõem o tecido social do nosso país.

Obrigada!

figura 01 - Marielle Franco. Autoria de Joana Diniz / Mídia NINJA.

